



DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

Superintendência Regional do DNIT no Estado do Ceará

Ofício nº 1007/2017-DNIT/CE

Fortaleza, 19 de maio de 2017.

À Sua Senhoria o Senhor
Fábio Augusto Nório
Companhia de Gás do Ceará - CEGAS
Av. Washington Soares, nº 551, 11º Andar
CEP: 62.811-341, Fortaleza/CE

Assunto: Encaminha 01 (uma) via do Contrato de Permissão de Uso.

Cumprimentando-o cordialmente, encaminhamos junto ao presente 01 (uma) via do Contrato de Permissão Especial de Uso nº 322/2017.

Sem mais para o momento, desde já nos colocamos a disposição para maiores esclarecimentos e renovamos protesto de elevado estima e consideração.

Atenciosamente,

Eng.º Diógenes José Tavares Linhares
Superintendente Regional/DNIT/CE



MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES, PORTOS
E AVIAÇÃO CIVIL



Superintendência do DNIT no Estado do Ceará
Rodovia BR-116 Km 06 Cajazeiras
CEP: 60.864190- Fone: 085. 40129453



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO CEARÁ

CPEU nº 322/2017

**CONTRATO DE PERMISSÃO ESPECIAL DE USO
PARA TRAVESSIA DAS FAIXAS DE DOMÍNIO.**

PERMISSOR: DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT, REPRESENTADO PELA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO CEARÁ.

PERMISSIONÁRIA: COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS.

PERMISSÃO: UTILIZAÇÃO DA FAIXA DE DOMÍNIO DA RODOVIA FEDERAL BR-020/CE (4º Anel Viário), PARA IMPLANTAÇÃO DE GASODUTO.

1) DAS PARTES E SEUS REPRESENTANTES

1.1) PERMISSOR – DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, criado pela Lei nº. 10.233, de 5 de junho de 2001, e Decreto nº. 5.765, de 27 de abril de 2006, com sede em Brasília/DF – Setor de Autarquias Norte, Edifício Núcleo dos Transportes, Quadra 3, lote A, CEP 70.040-902, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 04.892.707/0001-00, doravante simplesmente denominada DNIT ou PERMISSOR, representado pelo Superintendente Regional no Estado do Ceará, o Sr. **DIÓGENES JOSÉ TAVARES LINHARES**, brasileiro, casado, engenheiro, Carteira de identidade nº. 103302852-1/Ministério da Defesa, CPF nº. 043.131.603-10, conforme inciso II do art. 6º da Portaria nº 236, de 08/02/2017, publicada no DOU de 09/02/2017, com retificação publicada no DOU de 10/02/2017.

1.2) PERMISSIONÁRIA – COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS, sociedade de economia mista, com sede na Av. Washington Soares, nº. 55, 11º Andar, Sala 1101 a 1117, Bairro Cocó, na cidade de Fortaleza/CE, CEP 60.811-341, inscrita no CNPJ sob o nº. 73.759.185/0001-96, doravante denominada PERMISSIONÁRIA, neste ato representada pelo seu Diretor Presidente **FÁBIO AUGUSTO NORCIO**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador do RG nº 1570685-0 SSP/SC e CPF nº 757.956.809-82, e pelo seu Diretor Técnico e Comercial **FÁBRICIO BOMTEMPO DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador do RG nº 1568028-0 SSP/DF e CPF nº 698.775.801-87, com poderes bastantes, conforme documentos constantes do Processo Administrativo nº. 50603.000101/2016-35.

2) DO FUNDAMENTO LEGAL – Alínea “d”, artigo 1º do Decreto Lei nº 512, de 21/03/1969; artigo 103 do Código Civil Brasileiro, artigo 2º, inciso IV da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000; inciso VIII do artigo 82 e parágrafo 1º e inciso IV do artigo 89 da Lei nº. 10.233, de 05/05/2001, artigo 12 da lei nº 9.784, de 29/01/1999, parágrafo 2º do artigo 21 da Estrutura Regimental do DNIT, aprovada pelo Decreto nº 5.765, de 27/04/2006, inciso III e § único do Artigo 124 do Regimento Interno do DNIT, anexo à Resolução nº 10, de 31/01/2007, do CA/DNIT, Resolução nº 11, de 27/03/2008, publicada no DOU de 11/04/2008; Portaria/DG nº. 524, de 19/05/2008, publicada no DOU de 20/05/2008; Portaria/DG nº. 529, de 21/05/2008, publicada no DOU de 23/05/2008; inciso II do art. 6º da Portaria nº 236, de 08/02/2017, publicada no DOU de 09/02/2017, com retificação publicada no DOU de 10/02/2017, e lavratura devidamente autorizada no despacho do Sr. Superintendente Regional no Estado do Ceará, datado de 15/05/2017, às fls.



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO CEARÁ

CPEU nº 322/2017

300, conforme consta do Processo Administrativo nº. 50603.000101/2016-35.

3) DA FINALIDADE – A presente Permissão Especial de Uso tem por finalidade permitir o uso das faixas de domínio da rodovia federal e/ou trechos descritos na CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, mediante cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO – Permissão Especial de Uso da Faixa de Domínio, da Rodovia Federal BR-020/CE (4º Anel Viário); Trecho: Div. PI/CE ao Porto de Mucuripe (CONT. DE FORTALEZA) *TRECHO MUNICIPAL*; Subtrecho: SNV 020BCE0660; Entr. BR-222 ao Entr. CE-040 (P/MESSEJANA)(CONTORNO DE FORTALEZA), com ocupação longitudinal nos segmentos do km 408,50 ao km 413,90, do km 414,70 ao km 418,60, e do km 420,10 ao km 423,20, com extensão total de 12.400,00 m por 0,60 m de largura, totalizando uma área ocupada de 7.440,00 m² (sete mil, quatrocentos e quarenta metros quadrados) com a exclusiva finalidade da sua utilização, pela PERMISSIONÁRIA, para implantação do gasoduto, de acordo com o projeto específico previsto na CLÁUSULA SEXTA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A implantação em novos trechos de rodovias, que não os especificados na CLÁUSULA PRIMEIRA deverá ser objeto de novo contrato a ser firmado entre a PERMISSIONÁRIA e o PERMISSOR, atendidas todas as exigências técnicas e legais do PERMISSOR.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Novas implantações nos trechos especificados na CLÁUSULA PRIMEIRA sem prévia e expressa autorização do PERMISSOR, através de Termo Aditivo ao presente, constituirá infração contratual.

PARÁGRAFO TERCEIRO – É vedado qualquer compartilhamento com outras empresas sem a prévia autorização do PERMISSOR, sob pena de rescisão contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA OCUPAÇÃO DE ÁREAS – As áreas ocupadas pela PERMISSIONÁRIA para outras construções serão objeto de projeto específico a ser aprovado pelo PERMISSOR, sujeitas à remuneração própria e formalizadas através de contrato próprio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RESTITUIÇÃO – A PERMISSIONÁRIA se compromete a restituir ao PERMISSOR as faixas de domínio em estado normal de uso e em condições de utilização, a partir da data da rescisão ou extinção do presente contrato, como previsto em sua CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A PERMISSIONÁRIA, quando do encerramento do contrato, compromete-se a retirar os bens de seu uso exclusivo instalados em dependências do PERMISSOR, a exceção do gasoduto que poderá ser retirado, ou não, a seu critério e do PERMISSOR.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A restituição de que trata esta cláusula será formalizada mediante Termo de Recebimento, após realizada vistoria das faixas de domínio, o que será feito em conjunto



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO CEARÁ

CPEU nº 322/2017

pelo PERMISSOR e pela PERMISSIONÁRIA.

CLÁUSULA QUARTA - DA CONSERVAÇÃO – A PERMISSIONÁRIA obriga-se a manter a faixa de domínio, no estado em que as recebeu, bem como a usá-las, exclusivamente, para os fins estabelecidos na CLÁUSULA PRIMEIRA deste contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – É vedado à PERMISSIONÁRIA fazer qualquer alteração ou modificação na estrutura das faixas de domínio sem a prévia e expressa autorização do PERMISSOR, sob pena de ser obrigada a restabelecer as condições anteriores por sua exclusiva responsabilidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A presente Permissão Especial de Uso das Faixas de Domínio tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito à PERMISSIONÁRIA a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se às faixa de domínio, no todo ou em parte, vier ser dada destinação diversa da prevista na CLÁUSULA PRIMEIRA.

CLÁUSULA QUINTA - DO CUMPRIMENTO DE NORMAS – Ficam, o PERMISSOR e a PERMISSIONÁRIA, obrigados a cumprir as normas legais administrativas, inclusive técnicas, em vigor ou que venham a ser editadas, independentemente das acordadas neste contrato, desde que informadas previamente pelo PERMISSOR quando se tratar de atos internos.

CLÁUSULA SEXTA - DA ELABORAÇÃO DE PROJETO – A PERMISSIONÁRIA obriga-se a executar os serviços de prospecção nas faixas de domínio a serem utilizadas, objetivando a elaboração de projeto específico, o qual deverá ser submetido à aprovação do PERMISSOR previamente à execução dos serviços, o mesmo ocorrendo no caso de alteração do projeto original.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As despesas de prospecção, projeto e construção do acesso serão integralmente assumidas pela PERMISSIONÁRIA.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O projeto específico acima citado fará parte integrante, também, da presente Permissão Especial de Uso das Faixas de Domínio.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Durante a execução do projeto a PERMISSIONÁRIA elaborará relatório de situação com periodicidade mensal, sintetizando o estágio de realização da obra, objetivando manter o PERMISSOR atualizado quanto ao seu andamento e previsão de conclusão.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES – Quando se fizer necessária a alteração do projeto, sua implantação e operação, por força de serviços e/ou obras rodoviárias que impliquem ou não na extensão ou alteração, provisória ou definitiva das faixas de domínio constitutiva da rodovia federal objeto da presente Permissão Especial de Uso, o PERMISSOR comunicará à PERMISSIONÁRIA, por escrito, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias, da necessidade de execução destes serviços e/ou obras rodoviárias, para que a PERMISSIONÁRIA possa adequar, às suas expensas, o seu projeto e sistema físico do gasoduto às execuções de tais alterações, de forma a garantir a continuidade do mesmo.



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO CEARÁ

CPEU nº 322/2017

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Esta cláusula não se aplica nos casos de emergência ou de calamidade pública.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os custos decorrentes das alterações dos projetos e execuções das modificações e restaurações dos sistemas citados acima, serão integralmente assumidos pela PERMISSONÁRIA.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Quando se fizer necessária a alteração no traçado da rodovia federal, duplicação ou serviços de qualquer natureza que possam vir a afetar as instalações da (o) gasoduto nas faixas de domínio, o PERMISSOR deverá atuar junto aos órgãos públicos e empreiteiros, de forma a manter rígido controle na execução das obras que possam acarretar danos às referidas instalações.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES - A PERMISSONÁRIA responsabilizar-se-á pelo ressarcimento de danos diretos devidamente comprovados, causados às faixas de domínio da rodovia federal e às instalações complementares objeto da presente Permissão Especial de Uso, bem como aos usuários e aos funcionários e prepostos do PERMISSOR, quando causados pelos serviços de implantação, conservação, recuperação ou modificação de seu sistema, ainda que sem dolo ou culpa do agente, exceto os casos fortuitos ou de força maior previsto na legislação em vigor.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Como forma de regular as responsabilidades decorrentes de eventuais danos às faixas de domínio, a PERMISSONÁRIA poderá a seu critério, requerer com antecedência de 7 (sete) dias úteis, a presença de representantes do PERMISSOR para vistoriar as faixas de domínio, certificando-se do estado em que estas se encontram.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Dos resultados dessas vistorias serão gerados relatórios de vistorias que serão anexados aos Relatórios de Situação, conforme CLÁUSULA SEXTA.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A PERMISSONÁRIA responsabiliza-se civilmente pelos danos diretos devidamente comprovados a terceiros, por dolo ou culpa do pessoal ou de seu preposto, na faixas de domínio da rodovia federal objeto da presente Permissão Especial de Uso, quando causados pelos serviços de instalação, conservação, recuperação ou modificação de seu sistema de gasoduto.

CLÁUSULA NONA - DA REMUNERAÇÃO – A PERMISSONÁRIA pagará ao PERMISSOR, pela ocupação a que se refere a CLÁUSULA PRIMEIRA, a importância anual de **R\$ 31.079,86** (trinta e um mil, setenta e nove reais e oitenta e seis centavos), em parcela única anual até 20 (vinte) dias úteis após a publicação do extrato deste instrumento no DOU e as demais, a cada 12 meses contados da publicação do Contrato, que serão recolhidas aos cofres do PERMISSOR, em conta específica, previamente informada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O não cumprimento dos termos estabelecidos nesta cláusula incidirá em pagamento de multa e juros, na seguinte gradação: Multa de 2% (dois por cento), sobre o valor do Contrato. Juros moratórios, fixados segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO CEARÁ

CPEU nº 322/2017

PARÁGRAFO SEGUNDO – O realinhamento do preço contratado ocorrerá após o decurso do prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data da publicação no DOU e assim sucessivamente, até o encerramento em definitivo do respectivo Contrato de Permissão Especial de Uso, nos termos estabelecidos na Resolução nº 11 - CA/DNIT, de 27/03/2008.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO ACESSO – Será permitido o acesso dos empregados e prepostos da PERMISSONÁRIA, devidamente identificados, aos locais de construção do gasoduto ao longo do trecho da rodovia federal, para inspeção, conservação, reparação ou execuções de modificações ou alterações, desde que não provoque interrupção no tráfego e no trânsito rodoviário.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Havendo absoluta necessidade dessa medida, para executá-la a PERMISSONÁRIA fica obrigada a solicitar permissão prévia ao PERMISSOR, providenciando às suas expensas, a sinalização especial que se fizer necessária e ampla notificação ao público, utilizando inclusive, se for o caso, os meios de comunicação adequados.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Na hipótese da PERMISSONÁRIA terceirizar qualquer dos serviços referentes à instalação, conservação e a manutenção do sistema implantado, deverá fazê-lo por empresas especializadas, com formalização obrigatória e prévia ao PERMISSOR

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA – O PERMISSOR compromete-se a colocar à disposição da PERMISSONÁRIA, quando existente, a documentação técnica do projeto do trecho da rodovia federal a ter sua faixa de domínio ocupada, necessária à elaboração de projeto específico.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A PERMISSONÁRIA compromete-se a comunicar formalmente ao PERMISSOR, a data de término das obras/serviços.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A PERMISSONÁRIA encaminhará, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, após a conclusão das obras/serviços, o projeto final (“as built”), em meio digital (CAD) executável.

PARÁGRAFO TERCEIRO – No caso de não cumprimento, pela PERMISSONÁRIA, do prazo fixado no parágrafo anterior, será aplicada a multa diária de R\$55,00 (cinquenta e cinco reais).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SEGURANÇA DO SISTEMA – O PERMISSOR não se responsabilizará por danos causados ao gasoduto implantado e demais instalações físicas da PERMISSONÁRIA. No entanto, utilizará supletivamente a sua estrutura organizacional, bem como atuará junto ao órgão ou instituição competente, no sentido de obter o apoio da Polícia Rodoviária Federal, objetivando a integridade do sistema implantado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA SINALIZAÇÃO – A PERMISSONÁRIA obriga-se a instalar no trecho da rodovia federal objeto da presente Permissão Especial de Uso das Faixas de Domínio, placas informativas a respeito do sistema em instalação, atendidas as exigências técnicas e legais, de acordo com modelo padrão a ser fornecido pelo PERMISSOR.



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO CEARÁ

CPEU nº 322/2017

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS BENFEITORIAS – Fica entendido que a realização de quaisquer benfeitorias nas faixas de domínio, por conta da PERMISSIONÁRIA, ainda que com a permissão prévia do PERMISSOR, não dará nenhum direito à primeira a indenização das mesmas, ficando referidas benfeitorias fazendo parte integrante das faixas de domínio objeto da Permissão, por ocasião de suas restituições ao PERMISSOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO PRAZO, DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

1) **DO PRAZO** – O presente contrato terá a duração de 5 (cinco) anos consecutivos, e poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, desde que haja interesse das partes.

2) **DA VIGÊNCIA** – Será considerada como data inicial para vigência do presente contrato, a data de sua publicação em extrato no DOU.

3) **DA EFICÁCIA** – O presente contrato terá eficácia a partir da data de sua publicação, em extrato, no Diário Oficial de União.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Caberá à PERMISSIONÁRIA o recolhimento junto a Tesouraria do PERMISSOR, do valor correspondente a publicação deste contrato, em extrato, no DOU.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Durante a vigência do contrato as partes se reservam ao direito de aditar o mesmo, visando suprir possíveis omissões e/ou aperfeiçoá-lo, por acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA CONCESSÃO OU TRANSFERÊNCIA – Na hipótese do PERMISSOR, no decorrer da vigência do presente contrato, vier a ceder ou transferir a terceiros a concessão da exploração das faixas de domínio referidas na CLÁUSULA PRIMEIRA, deverão permanecer assegurados à PERMISSIONÁRIA todos os direitos e condições ajustados neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO – A presente Permissão poderá ser rescindida pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas ou condições e obrigações pactuadas, pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que a torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda, por ato unilateral das partes, mediante aviso prévio, por escrito, daquele que se desinteressar, com a antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos de prazo, durante o qual deverão ser restituídas as faixas de domínio, observado o disposto na CLÁUSULA TERCEIRA deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS DOCUMENTOS APLICÁVEIS – Integram esta Permissão Especial de Uso da Faixa de Domínio a legislação vigente no âmbito do PERMISSOR e os documentos aplicáveis a seguir discriminados, de cujo inteiro teor as partes contratantes declaram ter pleno conhecimento:

- Manual de Sinalização de Obras e Emergência em Rodovias – Publicação IPR 738, aprovado pela Diretoria Colegiada do DNIT, em 10/08/2010 – Processo Administrativo nº 50607.003252/2009-86;



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO CEARÁ

CPEU nº 322/2017

- Manual de Procedimentos para Permissão Especial de Uso das Faixas de Domínio de Rodovias Federais e Outros Bens Públicos sob Jurisdição do DNIT;
- Instrução de Serviço/DG nº 7, de 19/05/2008, publicada no DOU, de 20/05/2008, adutoras, tubulação de gás, oleodutos, esgotos e similares para fins de implantação de linha de recalque.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – A **PERMISSIONÁRIA** responderá permanentemente pela solidez e segurança da obra no que diz respeito à instalação, manutenção e principalmente quanto a segurança, com ações de prevenção e contenção de acidentes, assim como quanto aos materiais utilizados e em relação ao solo, responsabilidade essa que não se limita ao período de 5 (cinco) anos, a partir da data do término da mesma, como prevê o Artigo 618 do Novo Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO – As partes elegem o Foro da Justiça Federal de Sede da Superintendência, conforme § 2º do Artigo 55 da Lei nº. 8.666/93, para dirimir todas as questões e dúvidas oriundas deste instrumento. Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo.

E por assim estarem acordes, as partes firmam o presente contrato em três vias de igual teor, por seus representantes, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Fortaleza/CE, 19 de maio de 2017.

PERMISSOR

ENG.º DIÓGENES JOSE TAVARES LINHARES
Superintendente Regional do DNIT no Estado do Ceará

PERMISSIONÁRIA

FÁBIO AUGUSTO NORCIO
COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS

FABRÍCIO BOMTEMPO DE OLIVEIRA
COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS

TESTEMUNHAS

CPF: 112.470.023-49
Processo nº 50603.000101/2016-35

CPF: 639 996 843-72

X

